Vinicius Lummertz*

Endowments podem mudar o Brasil

Por que as elites brasileiras vêm evitando por tanto tempo um tema tão potente como a criação de endowments universitários, quando os Estados Unidos vêm, há mais de um século, demonstrando que esses fundos privados podem garantir autonomia, excelência e inovação à educação superior? A provocação é necessária. Afinal, a construção de uma nação competitiva passa, inevitavelmente, pela qualidade das suas universidades e centros de formação técnica.

O primeiro embrião de endowment universitário nos EUA surgiu em 1638, quando John Harvard, um comerciante, deixou parte de sua herança e sua biblioteca para a recém-criada Harvard College, fundada em 1636. Em 1718, Elihu Yale fez doações que consolidaram o endowment da universidade que leva seu nome. No entanto, o conceito moderno de endowment, como fundos investidos de forma profissional, cujos rendimentos financiam pesquisa, bolsas e infraestrutura, consolidou-se apenas no final do século XIX e início do XX, quando as grandes universidades americanas criaram estruturas permanentes de captação e gestão. Esse modelo transformou universidades em centros globais de excelência. Harvard acumula hoje mais de US$ 50 bilhões, Yale ultrapassa US$ 40 bilhões, Stanford e Princeton orbitam na casa dos US$ 30 bilhões. Com esses recursos, financiam ciência de ponta, atraem professores do mundo inteiro, oferecem bolsas a milhares de alunos e mantêm autonomia frente às crises fiscais. Harvard, sozinha, contabiliza mais de 160 prêmios Nobel ligados a seus pesquisadores e ex-alunos, enquanto o Brasil inteiro jamais conquistou um único prêmio. Além disso, mais de 60% de seus estudantes recebem algum tipo de auxílio. Barack Obama foi um desses bolsistas. É a prova de que o sistema alia excelência com democratização.

O Brasil, ao contrário, reduziu os investimentos em educação universitária, segundo a OCDE. As nossas universidades federais concentram o protagonismo, têm muitos pontos de excelência, mas são marcadas por burocracia e dificuldades até para receber doações. A própria expressão física de alguns campi reflete isso, em geral malcuidados e submetidos a um ambiente ideologizado. No caso das engenharias, o resultado é claro: produzimos pouco em quantidade e ainda perdemos parte de nossos melhores profissionais para empresas estrangeiras, que os recrutam pela qualidade, o que é um bom sinal. Sem massa crítica, não há, porém, como liderar avanços consistentes em setores estratégicos como energia, aviação, biotecnologia, inteligência artificial e defesa.

Mas se olharmos para dentro, já temos bases para construir uma Ivy League brasileira. Nos Estados Unidos, a Ivy League é um grupo de oito universidades privadas do nordeste do país, entre elas Harvard, Yale, Princeton, Columbia e Brown, que se tornaram sinônimo de excelência acadêmica, tradição, endowments bilionários e redes de influência. No Brasil, instituições como as PUCs espalhadas pelo país, a Universidade Presbiteriana Mackenzie, fruto de endowment americano, e a FAAP em São Paulo, assim como escolas de negócios de referência como a FGV e o Insper, poderiam ser turbinadas para formar um sistema de excelência apoiado por endowments. Essas instituições já reúnem tradição acadêmica, capacidade de inovação e proximidade com o setor privado. Se contassem com marcos regulatórios claros e incentivos fiscais para captar e gerir fundos privados de longo prazo, poderiam competir em escala internacional. Outro caminho seria aproveitar o imenso capital humano dos professores aposentados das universidades públicas, que poderiam iniciar novas carreiras acadêmicas em instituições privadas com liberdade, remuneração adequada e a chance de contribuir para uma nova etapa do ensino superior brasileiro.

Outro exemplo inspirador vem de Israel, que construiu um sistema integrado de financiamento público-privado para formação técnica e universitária, associado ao serviço militar obrigatório, que funciona como laboratório de alta tecnologia. Lá, o ensino superior técnico é amplamente subsidiado por bolsas estatais e privadas, além de parcerias com empresas de tecnologia e defesa. O resultado é que Israel, com menos de 10 milhões de habitantes, forma proporcionalmente mais engenheiros do que qualquer outro país e abriga mais de 8 mil startups, liderando em cibersegurança, agritech e biotecnologia. Esse modelo, baseado em pragmatismo e financiamento misto, mostra que até países pequenos podem liderar globalmente.

O Brasil já teve experiências como o Prouni, que democratizou o acesso ao ensino privado, e o Ciência sem Fronteiras, que levou estudantes ao exterior. Mas ambas as políticas careceram de continuidade e planejamento de longo prazo. O país já possui um precedente, a Lei Rouanet, que mobilizou centenas de milhões para a cultura via incentivo fiscal, mas que passa longe da lógica de gestão dos fundos especializados de endowments. É paradoxal que a direita produtiva não coloque o tema dos endowments na agenda e que a esquerda ainda resista a modelos meritocráticos que poderiam transformar talentos oriundos da escola pública em lideranças nacionais.

Se queremos ser protagonistas em setores como agro, mineração, biotecnologia, inteligência artificial, indústria 2.0, turismo, cultura, comércio e serviços, precisamos investir em cérebros. Sem massa crítica de engenheiros, cientistas, técnicos e até roteiristas de cinema, permaneceremos dependentes de soluções externas e incapazes de transformar nosso potencial em liderança global. O modelo americano já mostrou a força dos endowments. A China provou que investir maciçamente em conhecimento pode mudar a escala da inovação em poucas décadas. Israel comprova que até pequenos países podem se tornar potências em inovação. E as instituições privadas brasileiras já têm as condições mínimas para assumir essa função.

Ao olhar para a história, fica a indagação: por que as elites brasileiras não dão atenção a esse assunto, quando os Estados Unidos demonstram há mais de um século que endowments universitários são instrumentos decisivos para gerar excelência, inovação e liderança global?

***Cientista Político. Foi Ministro do Turismo e Presidente da Embratur**

Aristóteles Drummond

Anistia com bom senso

Este debate sobre anistia a envolvidos na barbaridade de 8 de janeiro, ato indigno que nos faz lembrar das badernas impunes promovidas pelas esquerdas contra o Congresso Nacional, ocupações frequentes de próprios federais, precisa ser encarado com seriedade e não com este passionalismo que apequena os atores dos dois lados.

Está mais do que claro que não "houve golpe", mas tentativa inconsequente de evitar a posse do eleito em pleito aceito pelas forças vivas da nacionalidade. Tivesse sido a eleição fraudulenta, o Congresso vigente ou o eleito teriam se manifestado e o Judiciário, apresentado alguma divisão, ou ainda as perícias promovidas pelas Forças Armadas, registrado algo de fundamento. Também não provocou convulsão popular e muito menos na economia. Só os radicais seguidores de Bolsonaro, ele próprio e sua família não aceitaram a manifestação das urnas. As reuniões de meia dúzia de trapalhões podem se constituir em crimes políticos. E os militares, com altas funções, presentes nas reuniões teriam de atender à convocação, pois estas partiam nada mais, nada menos do que do próprio presidente da República, ,por subordinação ao chefe. O general Augusto Heleno nem esteve em qualquer reunião sobre o tema, não teria, portanto, nem de estar sentado no banco dos réus.

O país está perplexo com o tamanho das penas a cidadãos que foram levados a um ato irresponsável, mas, ao que se sabe, todos sem nenhum registro criminal em suas vidas. Foram inspirados no patriotismo e induzidos por lideranças covardes e distantes do palco dos acontecimentos.

Bolsonaro teve culpa ao apadrinhar os ridículos acampamentos, como o Exército justificou a tolerância nas proximidades de guarnições militares, e o governo Lula teve uma semana para o fazer e não fez. Águas passadas.

Caso o movimento da anistia não seja uma opereta para resgatar o desastrado ex-presidente, o justo poderia ser penalidades políticas para crimes políticos, ou seja, inelegibilidade e proibição do exercício de função pública por oito anos. Assim, os ingênuos iriam para casa e os equivocados ficariam fora da política.

Mas está visível no comportamento da família Bolsonaro e do próprio que o objetivo é devolver a elegibilidade e não cuidar de resgatar os presos e os com processos em andamento.

Falta a Bolsonaro e sua família a grandeza de mostrar espírito público e assumir suas responsabilidades diante de fatos exaustivamente testemunhados por brasileiros responsáveis, como os comandantes militares por ele nomeados. Nenhum, supõe-se, partidário do atual governo.

Uma reflexão a ser considerada.

EDITORIAL

STF virou palco de decisões políticas

O julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se insere em um contexto de intensa polarização política no Brasil, onde o Supremo Tribunal Federal (STF) tem sido um dos palcos centrais do embate. A decisão, que o condenou à inelegibilidade por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, levantou um debate crucial sobre a linha tênue entre a atuação judicial e a esfera política.

A tese de que haveria um "jogo político" para condenar Bolsonaro ganhou força entre seus apoiadores, que apontam para a rapidez do julgamento e para a participação de ministros do STF na corte eleitoral. A reunião com embaixadores, objeto central da acusação, é vista por essa ala como um ato de liberdade de expressão, enquanto a inelegibilidade seria uma retaliação a um líder que desafiou as instituições.

Por outro lado, a visão predominante entre os críticos de Bolsonaro e defensores da decisão do TSE é que o ex-presidente cometeu um ataque direto à democracia e ao sistema eleitoral. Para eles, a gravidade dos fatos narrados – um chefe de Estado utilizando um evento oficial para propagar mentiras e minar a confiança nas urnas eletrônicas – exige uma resposta dura das instituições. A inelegibilidade, nesse sentido, não seria um ato político, mas a aplicação da lei para preservar a integridade do processo democrático.

A divergência reside na interpretação dos fatos e na leitura do papel do Judiciário. A condenação de Bolsonaro no TSE reflete a atuação de uma corte que se vê na obrigação de defender as regras do jogo democrático. No entanto, é inegável que a judicialização da política no Brasil tem levado a uma percepção de que as decisões judiciais, especialmente no STF, têm um forte componente político, o que desgasta a confiança nas instituições. A discussão não é apenas sobre a legalidade da decisão, mas sobre a sua legitimidade em um cenário de profundas divisões sociais. O veredicto de Bolsonaro é mais um capítulo na história da atuação do Judiciário brasileiro no epicentro da crise política.

Por favor, Academia Brasileira de Cinema

O que parecia mais do que certo, parecia óbvio, pode não acontecer, dando aos próximos dias uma sensação de urgência para o cinema brasileiro. Isso porque a lista de candidatos a representarem o Brasil na categoria de Melhor Filme Internacional do Oscar foi divulgada nesta semana, com grandes longas em sua composição. Porém, por motivos óbvios, o de maior destaque é "O Agente Secreto", filme de Kleber Mendonça Filho e Wagner Moura, que levou os prêmios de Melhor Diretor e Melhor Ator em Cannes, e está em uma forte campanha internacional.

No entanto, existem rumores fortíssimos de que, internamente, a Academia Brasileira de Cinema, que escolhe o representante do país no Oscar, está extremamente dividida na indicação de "O Agente Secreto". Na verdade, circula internamente que "Manas" é o provável escolhido por eles.

E o motivo é surreal. Eles acreditam que a campanha do filme de Mendonça está tão forte lá fora que ele é capaz de conseguir sozinho indicações a categorias como Melhor Filme, Melhor Diretor e Melhor Ator. A ideia da Academia Brasileira é "dar chance" a outro filme nacional, deixando o Brasil brigar em duas frentes.

O problema é que todo mundo sabe que, nesse cenário, o mais fácil é o país sair sem nenhum concorrente no Oscar.

Inscrever "O Agente Secreto" na pré-lista do Oscar é aumentar e muito as chances do Brasil voltar a brilhar no cenário do cinema mundial, trazendo holofotes - e possíveis investimentos - para o mercado nacional.

Apostar em uma escolha soberba e arrogante é praticamente garantia de fazer o país voltar com as mãos abanando.

Opinião do leitor

Parabéns, JK!

Dia 12 de setembro, é uma data importante, dia do aniversário do grande presidente Juscelino Kubitschek, que nasceu há 123 anos. Ele faleceu num acidente até agora não bem explicado. Que sua obra, sua maneira de governar, seu ideal e trabalho que fez o Brasil avançar, sirva de exemplo para os dirigentes de nosso país.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA

Correio da Manhã

É "Conde Zeppelin" atingirá hoje o Brasil

HÁ 95 ANOS: ARGENTINA FAZ INTERVENÇÃO EM BUENOS AIRES

As principais notícias do Correio da Manhã em 12 de setembro de 1930 foram: Governo polaco mandar prender numerosos deputados por possível conspiração contra o presidente e a segurança do país. Governo provisório da Argentina decreta intervenção nas províncias de Buenos Aires e de Córdoba. Representantes dos bancos estrangeiros na Argentina resolveram conceder vultuosos empréstimos ao governo provisório. Foi estabelecido o estado de sítio na Bolívia. Correio divulga comissão de concurso fotográfico.

HÁ 75 ANOS: TSE APROVA CANDIDATURA DE EDUARDO GOMES

As principais notícias do Correio da Manhã em 12 de setembro de 1950 foram: Mau tempo impede caravana de Eduardo Gomes no Paraná e ele volta para a São Paulo. TSE aprova candidatura do Brigadeiro a presidência. Situação muito tensa na península coreana. Truman aprova novos incentivos à Europa.

Correio da Manhã
Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.